

ICMS DE COMBUSTÍVEIS Senado decide se votará projeto no plenário nesta semana ▶ **p3**

TRANSPORTES Custo subirá 12% após Governo desvincular crédito de PIS e Cofins do diesel, diz Costa ▶ **p4**

ISPS CODE Porto de Paraná é certificado como um dos mais seguros do mundo ▶ **p6**

Paranaguá: PAR14 e PAR15 em consulta pública

Áreas serão leiloadas para movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais ▶ **p3**



EDITORIAL

Povia e as desestatizações

O novo secretário nacional de Portos e Transporte Aquaviário, do Ministério da Infraestrutura, Mario Povia, já definiu suas prioridades no cargo: dar continuidade ao programa de desestatização portuária, com destaque aos processos envolvendo os complexos marítimos de Santos (SP), São Sebastião (SP) e Itajaí (SC). A estratégia, anunciada por Povia ao tomar posse do cargo, na quinta-feira da semana passada, em Brasília, é importante, especialmente por confirmar a continuidade das ações na pasta.

Os projetos de privatização dos três portos — dois deles, Santos e Itajaí, de projeção nacional — acabaram de concluir suas fases de consulta pública e, agora, vão seguir para a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). Somente com a aprovação da corte é que os editais de desestatização serão publicados. O Governo tem anunciado que quer realizar os leilões para a concessão dos complexos marítimos no último trimestre do ano.

Não será tarefa simples, mas deve ser feito. A economia brasileira passa por algumas crises atualmente, mas seu futuro é dos mais promissores. E isso demandará investimentos amplos em seus portos, para o aumento da capacidade operacional dos complexos, a ampliação de sua eficiência e a redução de seus custos. Ocorre que o Governo Federal não conta com recursos e nem deverá contar, nos próximos anos, para essas melhorias. Portanto, caberá à iniciativa privada fazê-las. Daí a importância da desestatização.

Funcionário de carreira do Governo Federal, ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e um dos especialistas mais renomados do setor, Mario Povia tem o conhecimento necessário para dar continuidade a esses processos de desestatização. E, se não ocorrerem atrasos por parte do TCU, pode chegar ao final do ano com chances concretas de ter realizado os leilões dos três complexos.

A agenda de desestatizações portuária é necessária. E Povia tem as ferramentas para cumprir tal missão. Que o faça e garanta aos portos as condições necessárias para atender a economia brasileira e o desenvolvimento do País..

FOTO
Divulgação/Portos do Paraná

NESTA EDIÇÃO



▲ **CAPA**
5 Portos do Paraná abre consulta pública para licitar PAR14 e PAR15

NACIONAL

3 Senado decide nesta semana se votará projeto dos combustíveis no plenário
4 Custo do transporte subirá 12% com MP que desvinculou crédito tributário de combustíveis, diz Costa

SUL

Paranaguá conquista certificado de segurança e fica entre os melhores do mundo



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,
Santos, São Paulo
11075-000, BR

www.portalbenews.com.br

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail publicidade@portalbenews.com.br



LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

CELULOSE

O Porto de Santos registrou uma alta de 57% em suas exportações de celulose no primeiro quadrimestre do ano, em relação ao mesmo período do ano passado. No total, foram embarcadas 2,6 milhões de toneladas. Considerando todas as mercadorias movimentadas, o complexo marítimo teve um aumento de 7% em suas operações, que somaram 52,5 milhões de toneladas, número recorde. As cargas exportadas chegaram a 37,8 milhões de toneladas (mais 7,5%), já as importadas, 14,6 milhões de toneladas (+5,8%). Em relação aos contêineres, foram 1,6 milhão de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), queda de 0,4%.

FERTILIZANTES

Líder nacional na movimentação de fertilizantes, o Porto de Paranaguá tem registrado filas de navios para descarregar esse tipo de mercadoria. Segundo informações da Portos do Paraná (a autoridade portuária), na última sexta-feira, havia sete cargueiros com essa carga atracados, 16 na espera para entrar no complexo marítimo e operar e 18 para chegar nos próximos 30 dias.

MARIUPOL

O Porto de Mariupol, no sul da Ucrânia, foi reaberto no último sábado, com a atracação de um navio com 2.700 toneladas de metal para descarregar. Foram suas primeiras operações desde que a região passou a ser controlada pelo exército russo.

CHINA

Com a redução dos surtos de Covid-19 no país, os principais portos da China estão retomando o ritmo normal de suas operações. Entre os últimos dias 1 e 24, a movimentação de contêineres nesses complexos chegou a 17,69 milhões de TEU, 5,4% a mais do que no mesmo período de abril e 3% a mais do que no ano passado, segundo dados do Ministério do Transporte chinês. Considerando todas as operações, o total chegou a 790 milhões de toneladas, alta de 4,2% em relação ao mês anterior.

Senado decide nesta semana se votará projeto dos combustíveis no plenário

O Projeto de Lei Complementar que prevê teto de 17% para o ICMS dos combustíveis e da energia elétrica foi aprovado com substitutivo na Câmara dos Deputados, na quinta-feira (26)

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br



Segundo Pacheco, a intenção do Congresso é buscar soluções para reduzir os preços dos combustíveis

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou, na última quinta-feira (26), que deverá definir esta semana a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que prevê um teto de 17% para o ICMS dos combustíveis e da energia elétrica.

A fala aconteceu no mesmo dia em que a proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados. A aprovação veio em forma de substitutivo, quando o relator de determinada proposta introduz mudanças a ponto de alterá-la integralmente. A alteração veio do relator, deputado Elmar Nascimento (União-BA), ao PLP 18/2022, do deputado Danilo Forte (União-CE).

A proposta considera essenciais bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, impedindo a aplicação de alíquotas de tributos iguais às dos produtos listados como supérfluos.

A mudança de categoria dos combustíveis garante que haja uma redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para até a alíquota máxima de 17%. O objetivo da proposta – que conta com o apoio dos ministérios da Economia e das Minas e Energia – é frear o aumento de preços dos combustíveis. A expectativa do governo é de, com isso, reduzir o preço dos combustíveis em cerca de R\$0,60 por litro.

Rodrigo Pacheco disse que o PLP 18/2022 tem dois caminhos possíveis no Senado: ir para o debate nas comissões permanentes ou ser votado diretamente pelo plenário. Segundo ele, essa definição será tomada em conjunto com os líderes partidários “já nos próximos dias”. O presidente do Senado preferiu não opinar sobre eventuais mudanças no mérito do projeto durante a tramitação.

Comissões

Na quarta-feira (1º), a Comissão de Viação e Transportes (CVT) realizará a 21ª edição do Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas. O evento acontecerá no Auditório Nereu Ramos e terá o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, e o presidente da Câmara, Arthur Lira, como convidados.

Já o Senado Federal fará a partir de terça-feira (31) mais um esforço concentrado para votar indicações de autoridades. A indicação para novo diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) segue sem ser pautada. São dez nomes prontos para deliberação do Plenário, entre diplomatas integrantes para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Até o fechamento desta edição, as pautas dos plenários da Câmara e do Senado não foram divulgadas.

Agências Reguladoras

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) inicia, nesta segunda-feira (30), a sua reunião deliberativa virtual de diretoria. Destaque para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro da concessão para a realização de atividades específicas no plano de contingência nas proximidades do km

SÉTIMA RODADA DE CONCESSÕES AEROPORTUÁRIAS, RELICITAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN (SBSG) E RENOVAÇÃO ANTECIPADA DA CONCESSÃO DA FERROVIA MALHA REGIONAL SUDESTE (MRS) SÃO DESTAQUES DA PAUTA DO TCU

91+400m da Rodovia Santos Dumont - BR-116/RJ, em razão de evento geotécnico ocorrido no interior do Parque Nacional.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) realizará, na terça-feira (31), a sua reunião de diretoria colegiada. Está em pauta um recurso contra a aprovação da revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, em razão dos prejuízos causados pela pandemia.

Dois itens completam a

pauta. O primeiro trata da segunda Revisão dos Parâmetros da Concessão dos Aeroportos Internacionais de Brasília (SBBR) e de Guarulhos (SBGR). O segundo é referente a edição de resolução que regulamenta a coordenação de aeroportos e dispõe sobre as regras de alocação e monitoramento do uso da infraestrutura aeroportuária.

TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza, nesta quarta-feira (1º), a sua reunião telepresencial de plenário. O ministro Jorge Oliveira analisará o processo de desestatização referente à renovação antecipada da concessão da Ferrovia Malha Regional Sudeste (MRS).

Já o ministro Walton Alencar relatará o acompanhamento do processo de desestatização referente à sétima rodada de concessões aeroportuárias.

O ministro Aroldo Cedraz, por sua vez, apresentará o seu parecer sobre a relicitação do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante/RN (SBSG). Cedraz também apresentará conclusões da auditoria nas obras de Extensão da Linha 9 - Esmeralda - da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, trecho Grajaú/Varginha, no Município de São Paulo/SP.

NACIONAL

Custo do transporte subirá 12% com MP que desvinculou crédito tributário de combustíveis, diz Costa

B ÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

O custo do setor de transportes de cargas poderá aumentar em mais de 12% após a edição da Medida Provisória 1.118/2022, que altera a Lei Complementar 192/22. A avaliação é do presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa. AMP retira a concessão de créditos tributários aos importadores de diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação, e mantém as alíquotas zeradas de PIS, Pasep e Cofins na compra dos combustíveis. A desoneração é válida até 31 de dezembro de 2022.

“Ação impactará em mais de 12% os custos das transportadoras e invariavelmente levará ao aumento do frete cobrado aos clientes, o que, por consequência, causará uma elevação nos preços dos alimentos, já bastante prejudicial no orçamento das famílias brasileiras”, afirmou o presidente da CNT, durante a reunião ordinária virtual da

A Medida Provisória 1.118/22 altera parcialmente a Lei Complementar 192/22, mantendo alíquota zero de PIS, Pasep e Cofins, mas desvinculando crédito tributário na aquisição de diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação



Valter Campanato/Abr

▲ Desoneração das alíquotas de PIS, Pasep e Cofins na compra de combustíveis vale até 31 de dezembro de 2022

Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), realizada na última quarta-feira (25). O encontro online reuniu entidades patronais para debater sobre o

momento vivido pelo transporte rodoviário de cargas.

A Lei Complementar 192/22, instituída em março último, zerou a cobrança do PIS, Pasep e Cofins sobre combustíveis e estabeleceu a incidência do ICMS apenas

uma vez, com base em alíquota fixa por volume comercializado. Segundo o Ministério da Economia, a perda de arrecadação com os tributos federais — PIS, Pasep e Cofins — pode chegar a R\$ 16,59 bilhões.

“A edição dessa MP tem

“
A AÇÃO IMPACTARÁ EM MAIS DE 12% OS CUSTOS DAS TRANSPORTADORAS E INVARIAVELMENTE LEVARÁ AO AUMENTO DO FRETE COBRADO AOS CLIENTES, O QUE, POR CONSEQUÊNCIA, CAUSARÁ UMA ELEVAÇÃO NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS, JÁ BASTANTE PREJUDICIAL NO ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS”

VANDER COSTA
Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT)

por finalidade aumentar a segurança jurídica nas relações entre a administração pública e os contribuintes, não ocasionando impacto fiscal”, explicou a Secretaria-Geral da Presidência da República na ocasião da edição da Medida Provisória 1.118/22.

VALOR DE VALE COMBUSTÍVEL SOBE 11% EM 6 MESES

Empresas que oferecem o benefício aumentaram a quantia depositada aos funcionários para amenizar altas constantes nos preços dos combustíveis

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Empresas que oferecem o vale combustível aos seus funcionários precisaram aumentar em 11,56% o valor do benefício entre setembro de 2021 e fevereiro deste ano para tentar amenizar o impacto das constantes altas nos preços dos combustíveis.

Companhias do setor de transportes, serviços e indústria também elevaram a quantia disponibilizada para gestão de suas frotas. Os dados são da Sodexo Benefícios e Incentivos.

No recorte das empresas que gerenciam frotas e veí-

culos corporativos via sistema Wizeo (sistema de gestão de frotas da Sodexo), a alta foi de 33,10% no saldo disponibilizado nos últimos seis meses, segundo a Sodexo.

No período avaliado, o estado do Paraná é o que mais alavancou o consumo, com alta de 65% no valor disponibilizado no Wizeo.

O aumento no valor depositado ao colaborador é uma forma de ajudar o trabalhador a enfrentar o momento atual.

“Com o aumento dos combustíveis, as empresas precisam de soluções que auxiliem na gestão de custos e forneçam dados para melhora da performance”, contou a head de estratégia para os produtos de Mobility da Sodexo Brasil, Taís Alvim.

IBL Logística: custos aumentaram 20% com alta do diesel



Divulgação/IBL Logística

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

O custo logístico de uma companhia que movimentava 20 milhões de toneladas de cargas de alto valor agregado por mês subiu em torno de 20%, com a escalada do preço do diesel neste ano. Operando alimentos industrializados, orgânicos e não orgânicos, fármacos, eletrônicos, higiene pessoal, automotivos e valores, a IBL

Logística presta serviço de armazenagem e transporte de cargas pelos modais rodoviário, aéreo e marítimo, no Brasil e no exterior.

“Devido ao cenário que estamos vivenciando mediante às constantes alterações no valor do diesel, a companhia contabiliza uma média de 20% de impacto direto em seus

Companhia transporta 20 milhões de toneladas de cargas por mês por malhas rodoviária, aérea e marítima

resultados, desde o início de 2022. Vale ressaltar que a consequência dessas altas desencadeia uma série de aumentos nos custos, principalmente nos insumos, entre outros, indispensáveis para a logística”, afirmou o presidente da IBL Logística, Jonas SpinaBorlenghi.

Borlenghi disse que “o percentual de combustível representa, hoje, de 40% a 60% do custo logístico da companhia”. E que a empresa vem sentindo os impactos nos custos desde o ano passado. “O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19, consequentemente, neste cenário o preço do diesel retraiu em determinados meses. Em contrapartida, no ano passado, houve um aumento de 65% nas refinarias. Já em 2022, entre os meses de janeiro e abril, subiu 41% e os preços dispararam”, observou.

▲ A IBL Logística gerencia 1700 veículos, sendo 200 de frota própria e outros 1500 agregados

Portos do Paraná abre consulta pública para licitar PAR14 e PAR15

Localizadas a leste, as áreas são destinadas à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais

José Fernando Ogura/ANPr

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Portos do Paraná, Autoridade Portuária que administra os portos de Paranaguá e Antonina (PR), abriu consulta pública para a licitação das áreas PAR14 E PAR15, no Porto de Paranaguá, na última quarta-feira (25). Interessados podem apresentar sugestões e contribuições até o dia 8 de julho. Localizadas a leste, as áreas são destinadas à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais.

A PAR14 tem 49.841 metros quadrados e os investimentos previstos são de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. Já a PAR15 tem 38.859 metros quadrados, com investimento estimado em R\$656,8 milhões. Ambas são áreas consideradas "brownfield", ou seja, já ocupadas.

Segundo o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, o prazo estipulado de 45 dias visa aprimorar os projetos com o rece-



▲ Ambas são áreas consideradas "brownfield", ou seja, já ocupadas

bimento de contribuições, além de esclarecer quaisquer dúvidas. "Esse período antecede as audiências públicas que também já estão com datas pré-definidas para a primeira semana de julho, nos dias 5 e 7", afirmou Garcia.

Essas são, respectivamente, as segunda e terceira audiências públicas de áreas a serem realizadas neste ano. A primeira, no final de março, foi da área PAR09, de 24 mil me-

A EXPECTATIVA DO DIRETOR-PRESIDENTE DA PORTOS DO PARANÁ, LUIZ FERNANDO GARCIA, É LEILOAR AS ÁREAS PAR09, PAR14 E PAR15 AINDA ESTE ANO. JUNTAS, AS TRÊS ÁREAS SOMAM CERCA DE R\$ 2,3 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

tros quadrados, voltada para movimentação de granéis sólidos vegetais a oeste do Porto de Paranaguá.

"Nossa expectativa é levar a leilão, ainda neste ano, essas três áreas", diz o diretor-presidente. Segundo ele, os novos contratos de arrendamento garantem, além da regularização contratual em si, segurança jurídica para novos investimentos.

As novas convocações da

PAR14 e PAR15 já estão publicadas nos diários oficiais, do Estado e da União, e no site da Portos do Paraná.

Serão consideradas pela Comissão de Licitação de Áreas Portuárias (Clap) apenas as contribuições, subsídios e sugestões enviadas até às 23h59 do dia 8 de julho. Essas devem ser feitas, exclusivamente, pelo formulário eletrônico disponível no site da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Projeto Cais Leste terá nova data de licitação

José Fernando Ogura/ANPr

O projeto Cais Leste, também chamado de Moegão, no Porto de Paranaguá, terá nova data de certame, após a licitação realizada na semana passada ter dado "deserta" – quando nenhum licitante comparece.

Segundo a assessoria de Imprensa da Portos do Paraná, o processo voltou para a Diretoria de Engenharia e Manutenção, que faz a revisão do orçamento, aplicação dos índices e atualização da data-base para republicação. A estimativa é que uma nova licitação seja publicada dentro do prazo de 30 dias.

O projeto do Moegão tem investimento estimado em R\$500 milhões e prevê a centralização das descargas ferroviárias de grãos, com o recebimento de até 180 vagões simultâneos, em três linhas independentes e com 11 terminais interligados.

Com área de 595 mil metros quadrados, as três linhas que compõem o projeto terão capacidade de carregar



▲ Hoje, apenas 14,9% das cargas chegam ao porto por ferrovia, a maioria é transportada por caminhões. Moegão visa equalizar a logística em 50% para cada modal, o ferroviário e o rodoviário

até 2 mil toneladas de grãos e farelo por hora.

Atualmente, 550 vagões descarregam diariamente no Corredor Leste. Com o Moegão, a previsão é ampliar para cerca de 900 por dia – quase 300 em cada uma das três

linhas. Hoje, 14,9% das cargas chegam ao porto por ferrovia, o objetivo é equalizar essa logística, com 50% dos carregamentos vindos pelos trens e a outra metade por caminhões.

O Moegão também reduzirá os custos, as emissões

de CO2 nas operações e os cruzamentos entre as vias urbanas de Paranaguá, com os trilhos passando de 16 para cinco interseções na cidade.

O Moegão vai ao encontro de outro projeto do Porto de Paranaguá que é a moderni-

ATUALMENTE, 550 VAGÕES DESCARREGAM DIARIAMENTE NO CORREDOR LESTE. COM O MOEGÃO, A PREVISÃO É AMPLIAR PARA CERCA DE 900 POR DIA – QUASE 300 EM CADA UMA DAS TRÊS LINHAS

zação e ampliação do Corredor Leste (Corex) e do píer em T. Em fase de desenvolvimento, o projeto prevê um novo complexo com quatro berços; ponte de acesso; oito torres pescantes; e capacidade para embarque de 4 mil toneladas, por hora, em cada uma das oito linhas. Assim, a expectativa é triplicar a capacidade de embarque atual no Corredor Leste.

O Governo do Estado também prepara a modernização do modal ferroviário, com o projeto da Nova Ferroeste, estrada de ferro interligando Maracaju (MS) ao Porto de Paranaguá.

REGIÃO SUL

Paranaguá conquista certificado de segurança e fica entre os melhores do mundo

As instalações já tinham sido aprovadas em auditoria em 2021, mas faltava o recebimento da Declaração de Cumprimento, que garante a segurança da estrutura portuária paranaense

Divulgação/Portos do Paraná

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O Porto de Paranaguá (PR) recebeu, na última quinta-feira (26), a certificação que atesta que o complexo está entre os mais seguros do mundo. O documento foi entregue pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos). As instalações já tinham sido aprovadas em auditoria em 2021, mas faltava o recebimento da Declaração de Cumprimento, que garante a segurança da estrutura portuária paranaense.

A Declaração de Cumprimento é um documento expedido pelo Governo Federal que comprova que o Porto de Paranaguá está de acordo com os parâmetros internacionais de segurança, como o Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code, na sigla em inglês).

“É uma certificação de segurança com alcance e perspectivas internacionais e que coloca o Porto de Paranaguá na vanguarda do que existe de mais moderno em termos de segurança”, explica Marcelo



O Porto de Paranaguá (PR) recebeu, na última quinta-feira (26), a certificação que atesta que o complexo está entre os mais seguros do mundo. O documento foi entregue pela Conportos

A DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO, EXPEDIDA PELO GOVERNO FEDERAL, COMPROVA QUE O PORTO DE PARANAGUÁ ESTÁ DE ACORDO COM OS PARÂMETROS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA, COMO O CÓDIGO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DE NAVIOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS (ISPS CODE, NA SIGLA EM INGLÊS)

João da Silva, presidente da Conportos.

“Esse certificado mostra que o Porto de Paranaguá faz parte de um seletivo grupo de portos do Brasil e do mundo que estão adequados a exigências e normas internacionais de segurança, e confirma o grande esforço que todos nós dispomos para estarmos de acordo com essas normas e regulamentos. Passamos a ter mais uma certificação que demonstra a excelência e o esforço para estar entre os melhores sempre”, disse o diretor de Meio Ambiente e diretor-presidente em exercício, João Paulo Ribeiro Santana.

De acordo com o gerente da Unidade Administrativa de Segurança Portuária (Uasp), César Kamakawa, o documento coloca o Porto de Paranaguá em outro patamar. “As operações que ocorrem em Paranaguá têm um padrão internacional que está sendo cumprido, e essa auditoria provocou a busca pelo conhecimento de todos os setores, o entrosamento e a colaboração entre todos, que se engajaram e participaram ativamente para que esse trabalho fosse devidamente realizado”, afirma.

Para o coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Ter-

“**ESSE CERTIFICADO MOSTRA QUE O PORTO DE PARANAGUÁ FAZ PARTE DE UM SELETO GRUPO DE PORTOS DO BRASIL E DO MUNDO QUE ESTÃO ADEQUADOS A EXIGÊNCIAS E NORMAS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA, E CONFIRMA O GRANDE ESFORÇO QUE TODOS NÓS DISPENDEMOS PARA ESTARMOS DE ACORDO COM ESSAS NORMAS E REGULAMENTOS**”

JOÃO PAULO RIBEIRO SANTANA
diretor de Meio Ambiente e diretor-presidente em exercício

minais e Vias Navegáveis (Cesportos), Alessandro Vivone, foi importante o engajamento da empresa pública na busca pelo certificado. “O presidente Luiz Fernando Garcia se comprometeu a resolver toda a questão documental do que fosse relacionado à segurança para o Porto estar com a Declaração deliberada pela Conportos e Cesportos, e ele cumpriu. É uma grata satisfação para nós essa conquista”, diz.

Porto do RJ retoma operações com café em navio de ‘break bulk’

Modalidade foi a alternativa encontrada para driblar a escassez de contêineres que afeta o setor logístico de forma global

Divulgação/CDRJ

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A movimentação de café em um navio de ‘break bulk’ (carga solta) ocorrida no fim do mês de abril, marcou o retorno dessa modalidade de transporte no Porto do Rio de Janeiro (RJ), administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ). Foi a alternativa encontrada para driblar a escassez de contêineres que afeta o setor logístico de forma global.

Nesta modalidade, diferentemente de contêineres, é possível armazenar a carga individualmente no porão do

navio. “A carga containerizada é, atualmente, o padrão logístico para o transporte de café, mas o ‘break bulk’ ajuda a superar a escassez de contêineres e a consequente alta global no preço”, explica o superintendente de Gestão Portuária do Rio de Janeiro e Niterói, Leandro Lima.

Durante a operação, foram embarcadas 6.500 toneladas de café, acondicionadas em ‘big bags’. A carga teve como destino a Europa e a UNSLOG foi o operador logístico que negociou com o terminal de contêineres ICTSI Rio para trazer esta operação para o Rio de Janeiro.

Os navios de ‘break bulk’



O ‘BREAK BULK’ ESTAVA EM DESUSO PELO SETOR CAFEEIRO DESDE A DÉCADA DE 80, MAS COM A PROBLEMÁTICA DA ESCASSEZ MUNDIAL DE CONTÊINERES, AS EMPRESAS EXPORTADORAS DE CAFÉ VOLTARAM A ADOPTAR A MODALIDADE

(carga solta) são versáteis, transportam diferentes tipos de mercadorias e seu design

facilita as operações de embarque e desembarque. Essa modalidade de transporte marítimo

Durante a operação, foram embarcadas 6.500 toneladas de café, acondicionadas em ‘big bags’. A carga teve como destino a Europa

mo é menos burocrática que o transporte por contêiner, mas demanda mais tempo e mais mão de obra, devido ao processo menos automatizado.

O ‘break bulk’ estava em desuso pelo setor cafeeiro desde a década de 80, mas com a problemática da escassez mundial de contêineres, as empresas exportadoras de café voltaram a adotar a modalidade como estratégia para auxiliar na estabilização do fluxo logístico internacional, gerando uma volta ao passado nos portos brasileiros.